

As propinas como cavalo de batalha

Dom.
27/10
91

— Bom, estamos a falar dos vossos comunicados. Estou-me a lembrar de que um deles condenava a subida de propinas na Universidade. Posteriormente, o Reitor da Universidade e o Vice-Ministro das Finanças deram uma conferência de imprensa explicando as modalidades de atenuar o peso da medida sobre aqueles que não têm muitas posses. A FAP está com isso satisfeita?

— JOSÉ CARLOS PALAÇO — Diria que a nossa posição mantém-se. Se afirma que vão se adoptar critérios para o pagamento de tal bolsa mas no acto de publicação não foi dito isso, portanto, voltamos sempre à questão dos métodos de trabalho: primeiro publica-se um decreto e só depois de uma certa reacção é que se diz que vão se definir critérios, diz-se que há um outro documento que regula a atribuição de bolsas para atenuar o conteúdo do decreto. Por que é que não foram publicados juntos? É claro que não existe esse segundo documento.

Nós não concordámos com as propinas altas porque as pessoas que têm posses para pagar propinas altas não estudam cá, estão a estudar fora do país, daí que não se justifica que haja taxas daquelas na Universidade, ainda por cima são taxas sem sequência nenhuma, já viu uma subida de quatro mil para cem mil meticais?

RAÚL DA CONCEIÇÃO — Nós pensamos que o Governo, o Reitor e o Vice-Ministro das Finanças, apresentaram-se em conferência por exigência do nosso comunicado, foi depois do comunicado que houve a conferência de imprensa, quer dizer que não estava nas previsões do governo dar explicações ou atenuar o peso das propinas. Outra coisa, ainda relacionada com os métodos de trabalho, é que o tal decreto ou diploma, nem sequer tinha número, por isso, no nosso comunicado, quando nos queríamos referir ao número do decreto tivemos que deixar espaço em branco porque não havia número no decreto. Métodos de trabalho completamente diferentes, e penso

que é essa diferença que sempre existirá entre a FAP e os restantes partidos.

JOSÉ CARLOS PALAÇO — O tal decreto diz, a terminar, que as medidas nele preconizadas entram imediatamente em vigor. Mas, como se vê, não entraram imediatamente em vigor, quer nos parecer que só vai ser aplicado em Fevereiro, portanto, esse tempo todo fica-se à espera que se faça a tal outra parte componente do tal decreto, já publicado com indicação de entrar imediatamente em vigor.

FLORENTINO SAGRAS — Mas, no meio de tudo isto, os estudantes conscientes que estão da incapacidade de se pagar as tão altas propinas, vão usar todos os meios ao seu alcance para fazer ver ao Governo que não é possível pagar esses preços. Também estamos convencidos de que a juventude e os estudantes farão um esforço possível para mostrar, na realidade, que num país com um nível de vida tão baixo, não vai ser possível fazer face a esses preços.

— Como é que os estudantes vão demonstrar isso?

FLORENTINO SAGRAS — Vão demonstrar utilizando argumentos bem sólidos, como é o caso de nível de vida que se vive em Moçambique, o salário médio é um argumento que eles podem usar.

— Quería entender bem um aspecto: a FAP é um partido político geral ou é, digamos, uma espécie de "partido dos estudantes"?

— JOSÉ CARLOS PALAÇO — Exacto, eu queria dizer que esse problema das propinas é um problema dos estudantes, os estudantes é que devem resolver, devem agir, devem saber como é que vão encaminhar o problema perante a nova circunstância. Não é tarefa dos partidos políticos andar a tratar assuntos dos estudantes, portanto, a condenação às propinas aparece como condenação a uma medida governamental não justa, como seria com uma outra qualquer. Portanto, assuntos dos estudantes que os estudantes

resolvam, que movimentem a sua associação, que ponham as suas instituições a funcionar no sentido de defender os seus interesses, por isso o partido tomou a sua posição e o estudante que aja.

— Outra questão que gostaria de colocar é que parece haver uma grave contradição entre a vossa declaração de defesa da propriedade privada e de economia de mercado e esta vossa posição "socialista" de acesso igual à Universidade. Será que não sabem que nos países que seguem um modelo de desenvolvimento igual ao que vocês preconizam, estudar no ensino superior é um exercício extremamente oneroso e que, por isso mesmo, nem toda a gente vai até lá, por falta de dinheiro?

— JOSÉ CARLOS PALAÇO — Quanto a esse caso, eu diria que as circunstâncias são completamente diferentes porque nesses países em que estudar na Universidade é muito caro, o cidadão tem opção, tem alternativa, mas aqui no nosso país o cidadão não tem opção. Também, nesses países, as universidades mais caras são as privadas mas a nossa Universidade é estatal, é alimentada com o orçamento geral do Estado, portanto, o Estado não pode andar a fazer lucros com uma instituição dessas. O orçamento do Estado vem do imposto do cidadão, portanto, esta não é uma instituição em que se deve contrabalançar os gastos que a instituição faz com o que recebe. O Estado deve subsidiar o custo da formação dos estudantes. Se um dia aparecer uma universidade privada, aí os preços já podem ser avultados porque o cidadão vai optar, vai requerer uma bolsa na universidade estatal. Não é justo que na única universidade do país se estipulem esses preços, o Estado deve subsidiar os estudos, tal como deve subsidiar os cuidados de saúde.

— ALBERTO NOTA — Se me lembro bem o senhor jornalista falou atrás de que em Moçambique há falta de quadros. Agora, será que com esta medida, das propinas exorbitantes, o governo está a incentivar ou a desencorajar a formação de quadros? Está claro que esta medida não encoraja a formação de quadros.